

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 88.234 - RO (2017/0200988-7)**

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**RECORRENTE** : F DE O M  
**ADVOGADO** : VALTER BRUNO DE OLIVEIRA GONZAGA E OUTRO(S) -  
DF015143  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

**EMENTA**

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. PROCESSUAL PENAL. CRIMES PREVISTOS NOS ARTS. 333 DO CÓDIGO PENAL E 2.º, § 4º, II, DA LEI 12.850/2013. NULIDADE DA DECISÃO QUE DECRETOU A PRISÃO PREVENTIVA E OUTRAS MEDIDAS CONSTRITIVAS. INEXISTÊNCIA. ALEGAÇÃO DE QUE A AÇÃO CAUTELAR ESTARIA AFETADA AO MAGISTRADO TITULAR E DE QUE A AÇÃO PENAL ESTARIA ATRIBUÍDA AO JUIZ SUBSTITUTO. INSUBSISTÊNCIA. PLEITO DE DIREITO AO PRAZO EM DOBRO PARA APRESENTAÇÃO DE RESPOSTA À ACUSAÇÃO, COM BASE NO ART. 3.º DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL C.C. O ART. 229 DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. DESCABIMENTO. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE ACESSO À ÍNTEGRA DOS ELEMENTOS DE COGNIÇÃO. FALTA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. REVOLVIMENTO PROBATÓRIO. INADMISSIBILIDADE NA VIA ELEITA. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, DESPROVIDO.

1. A Corte de origem deixou assente que a decisão que decretou a prisão preventiva do Recorrente e outras medidas constritivas foi exarada por Magistrado substituto, no exercício pleno da jurisdição, já que acumulava, na oportunidade, as suas funções e a do Magistrado titular, que estava em gozo de férias. Não subsiste, portanto, a alegação de nulidade do ato.

2. Sem embargo, no que se refere à prisão preventiva, evidentemente, a pretensão recursal está prejudicada, uma vez que o cárcere cautelar do Acusado foi substituído por medidas cautelares alternativas à prisão, primeiro pelo Tribunal *a quo* e, depois, pelo próprio Juiz Federal processante, que lhe impôs medidas mais brandas.

3. Quanto ao argumento de que seria descabida a afetação das medidas cautelares ao Juiz titular e a afetação da ação penal ao Magistrado substituto, cumpre esclarecer que não há nenhuma irregularidade na atuação do Juiz substituto da mesma Vara Federal na ausência do titular. Todos os processos tramitam perante a mesma Vara (Vara Única de Vilhena), e, consoante ressaltado pela Corte *a quo*, "*estava o juiz substituto no exercício pleno de jurisdição, acumulando seu acervo e o do titular*". Cumpre anotar, a propósito, que os autos da ação cautelar e da ação penal estão atribuídos ao mesmo magistrado, a saber, o Juiz Federal titular.

4. Na esfera penal, não se aplica a contagem do prazo em dobro na

# *Superior Tribunal de Justiça*

hipótese de litisconsortes com advogados diferentes, prevista no art. 229 do Código de Processo Civil vigente (art. 191 do CPC/1973).

5. O Recorrente não demonstrou, mediante prova pré-constituída, que o Magistrado singular teria indeferido o acesso à íntegra de todos os elementos de cognição citados na denúncia, motivo pelo qual o recurso não deve ser conhecido quanto a tal insurgência.

6. Recurso ordinário parcialmente conhecido e, nessa extensão, desprovido.

## **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, conhecer parcialmente do recurso e, nesta extensão, negar-lhe provimento, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora. Os Srs. Ministros Sebastião Reis Júnior, Rogerio Schietti Cruz, Nefi Cordeiro e Antonio Saldanha Palheiro votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Dr(a). VALTER BRUNO DE OLIVEIRA GONZAGA, pela parte  
RECORRENTE: F DE O M

Brasília (DF), 07 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

**MINISTRA LAURITA VAZ**

Relatora